



Perfil Socioeconômico do Município de Modelo/SC

Uma contribuição para o Planejamento do Desenvolvimento Local

Rodeio Bonito/RS

Dezembro de 2019

C182 Camfield, Claudio Eduardo Ramos et al.
Perfil Socioeconômico do Município de Modelo/SC: uma contribuição para o
Planejamento do Desenvolvimento Local / Claudio Eduardo Ramos Camfield,
Gabriel Nunes de Oliveira, Enio Giotto, Nilson Luiz Costa, Júlia Laize Bandeira
Calgaro, Saionara da Silva. - Palmeira das Missões/RS, 2019.
36 f.

Relatório de Pesquisa (Núcleo de Pesquisas em Economia do Agronegócio
NPEA) - - Universidade Federal de Santa Maria, Campus de Palmeira das Missões,
2019.

1. Aceleração Regional. 2. Desenvolvimento Regional. 3. Empreendedorismo. 4.
Inovação. 5. Cooperação. I.Camfield, Claudio Eduardo Ramos. II.Oliveira, Gabriel
Nunes de. III.Giotto,Enio. IV.Costa, Nilson Luiz. V.Calgaro,Júlia Laize Bandeira.
VI.Silva,Saionara da.

CDU 338.1



Sicredi Alto Uruguai RS/SC/MG

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Eugenio Poltronieri (Presidente)
Angelita Marisa Cadoná (Vice-Presidente)
Giovana Giacomolli
Gustavo Pereira Fortes
Jocler Moresco
Leocácio Gallo Paloschi
Sérgio Luiz Triches
Valéria Maria Zanatta Senger
Walmor Liberalesso
Willian Jeferson Bez

CONSELHO FISCAL

Carlos Alberto Pinheiro
Ernilo Arteli Grellmann
Sergio Roberto Basso
Ronaldo Lima dos Santos
Tiago Gadonski
Valdomiro Tomazoni

DIRETORIA EXECUTIVA

Márcio Girardi (Diretor Executivo)
Jaques Samuel dos Santos (Diretor de Operações)
Andre Zanon (Diretor de Negócios)

GERÊNCIAS DA SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL

Fernando Buriol (Gerente de Relacionamento)
Irajá Turchetto (Gerente Regional de Desenvolvimento)
Ronaldo Fagundes (Gerente de Ciclo de Crédito)



Universidade Federal de Santa Maria

REITORIA

Paulo Afonso Burmann (Reitor)
Luciano Schuch (Vice-Reitor)

Campus de Palmeira das Missões

Rafael Lazzari (Diretor)
Adriano Lago (Vice-Diretor)

Campus de Frederico Westphalen

Arci Dirceu Wastowski (Diretor)
Igor Senger (Vice-Diretor)

Centro de Ciências Rurais (CCR)

Sandro Luis Petter Medeiros (Diretor)
Toshio Nishijima (Vice-Diretor)

**Programa de Pós-Graduação em
Agronegócios (PPGAGR)**

Nilson Luiz Costa (Coordenador)
João Pedro Velho (Coordenador Substituto)

**FUNDAÇÃO DE APOIO À TECNOLOGIA
E CIÊNCIA - FATEC**

Thomé Lovato (Presidente)
Manoel Renato Teles Badke (Diretor
Financeiro)
Jeferson de Souza Flores (Diretor
Administrativo)

EXECUÇÃO DA PESQUISA

**Núcleo de Pesquisas em Economia do
Agronegócio (NPEA-UFSM)**

Nilson Luiz Costa (Pesquisador)
Gabriel Nunes de Oliveira (Pesquisador)
Enio Giotto (Pesquisador)
Claudio Eduardo Ramos Camfield (Pesquisador)
Saionara da Silva (Bolsista de Mestrado)
Júlia Laize B. Calgaro (Bolsista de Mestrado)

Pesquisa vinculada ao Projeto 6.03.0068
Convênio UFSM/FATEC

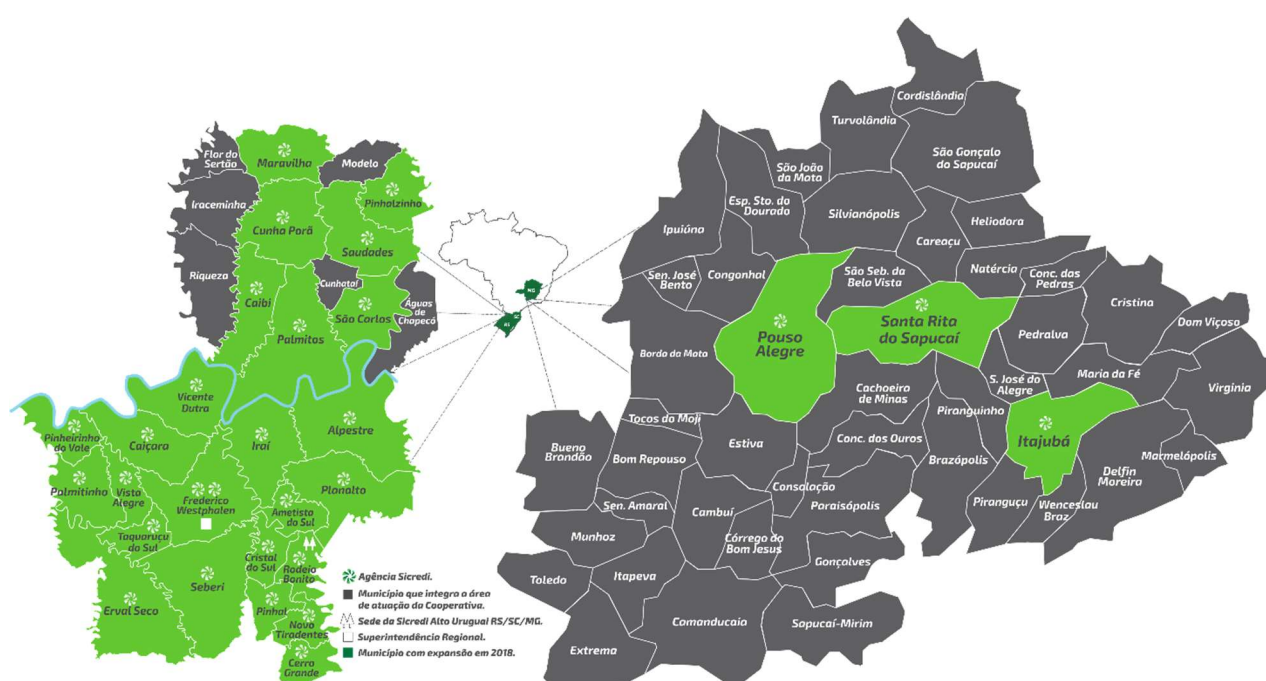
SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	5
2. ANÁLISE DO PERFIL SOCIOECONÔMICO E AMBIENTAL DO MUNICÍPIO DE MODELO	7
2.1. Caracterização demográfica	7
2.2. Apresentação e análise da economia do Município de Modelo	8
2.2.1. Análise da evolução do Produto Interno Bruto e da estrutura empresarial	9
2.2.2. Análise da evolução do mercado formal de trabalho	12
2.2.3. Análise da evolução da produção agropecuária	15
2.3. Apresentação e análise de indicadores de qualidade de vida e desenvolvimento	23
2.3.1. Análise da evolução nos níveis de qualidade da educação	23
2.3.2. Análise da evolução nos níveis de natalidade e mortalidade infantil	24
2.3.3. Análise da evolução nos níveis de segurança e mortes violentas	25
2.3.4. Análise da evolução nos níveis de desenvolvimento municipal	26
2.4. Meio ambiente e desenvolvimento	28
3. REFLEXÕES SOBRE O DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL	31
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	33
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	36

1. INTRODUÇÃO

Buscando contribuir com o desenvolvimento coletivo local e regional, a Sicredi Alto Uruguai RS/SC/MG em parceria com Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), desafiaram-se a construir um amplo e detalhado estudo para subsidiar as discussões relativas aos desafios, oportunidades e potencialidades presentes em cada Município da área de atuação da Cooperativa no norte do Rio Grande do Sul e extremo oeste de Santa Catarina.

Figura 1. Área de abrangência da Sicredi Alto Uruguai RS/SC/MG



Fonte: Sicredi Alto Uruguai RS/SC/MG.

Esta iniciativa foi construída em cooperação entre a Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Sicredi Alto Uruguai RS/SC/MG e os atores locais e representantes das entidades públicas e privadas, ligadas aos diferentes setores da economia e sociedade e não representa posições próprias das instituições envolvidas e nem políticos partidários. Destaca-se, nesta iniciativa, os conhecimentos compartilhados, a visão de futuro e o espírito gestor e empreendedor de todos os envolvidos.

Para conhecer a realidade e os níveis de desenvolvimento dos diversos municípios, foram utilizados dados primários e secundários. O levantamento de informações primárias foi

realizado através de entrevistas e reuniões com as pessoas e entidades, autoridades, representantes da sociedade civil organizada e lideranças locais de todos os municípios.

As informações secundárias, de caráter econômico, social e ambiental, foram obtidas nas distintas bases de dados governamentais e setoriais, em que se destacam o Sistema IBGE de Recuperação Automática – SIDRA do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, o Programa de Disseminação de Estatísticas do Trabalho (PDET) da Secretaria do Trabalho do Ministério da Economia e o Cadastro Ambiental Rural do Ministério do Meio Ambiente.

As variáveis quantitativas foram analisadas a partir de técnicas de estatística descritiva e as variáveis qualitativas a partir da técnica qualitativa de análise de conteúdo.

Este capítulo, em especial, apresenta a síntese dos resultados da pesquisa para o município de **Modelo/SC** e está dividido em quatro seções. A primeira se constitui desta introdução. Na segunda apresenta a análise do perfil socioeconômico econômico do município em questão. Na terceira seção, estão algumas reflexões sobre o processo de desenvolvimento. Na quarta seção são apresentadas as considerações finais.

Destaca-se que a leitura deste capítulo contempla um detalhamento das informações municipais analisadas no relatório "Empreender, Inovar e Transformar: uma contribuição para o Planejamento do Desenvolvimento Regional", no qual é apresentado uma reflexão sobre os níveis de desenvolvimento regional na área de atuação da Sicredi Alto Uruguai RS/SC/MG e está disponível no site desta organização (<http://www.sicredialtouruguai.coop.br/site/acceleracao-regional.html>).

2. ANÁLISE DO PERFIL SOCIOECONÔMICO E AMBIENTAL DO MUNICÍPIO DE MODELO

Segundo informações da Prefeitura Municipal de Modelo/SC (2019), o município está situado na mesorregião Oeste Catarinense, distante 650 Km da capital do estado, Florianópolis. Possui limites com os municípios de Bom Jesus do Oeste e Serra Alta ao Norte, Pinhalzinho, Saudades e Cunha Porã ao Sul, Sul Brasil e Pinhalzinho ao Leste, e Maravilha a Oeste.

Segundo a Lei nº 780 de 7 de dezembro de 1961, o município de Modelo foi criado, com 92,717 Km quadrados. O nome do município foi designado por João Muxfeld, acreditando no desenvolvimento de um lugar promissor.

O município possui clima mesotérmico úmido e está a uma altitude média de 700 metros acima do nível do mar. Está localizado geograficamente a latitude de 26°46'42" ao Sul do Trópico de Capricórnio, e longitude de 53°03'19" ao Oeste do Meridiano de Greenwich.

2.1. Caracterização demográfica

A colonização se deu no ano de 1949 quando um grupo de pessoas lideradas por João Muxfeld chegaram ao local onde hoje se encontra o município de Modelo/SC. Esses primeiros colonizadores eram oriundos de Ijuí – RS (Prefeitura Municipal de Modelo/SC, 2019).

Durante anos o local recebeu gaúchos que eram atraídos pelas terras férteis e incentivados pela divulgação que a Companhia Territorial Sul Brasil realizava.

Neste ano de 2019, o IBGE (2019) estima que a população seja de 4.209 habitantes, mas a população verificada no Censo Demográfico de 2010 foi de 4.045 habitantes.

Tabela 1. População residente, por sexo e local de residência: 2010.

	Masculino		Feminino		Total	
Urbano	1.353	65%	1.339	68%	2.692	67%
Rural	717	35%	636	32%	1.353	33%
Total	2.070	100%	1.975	100%	4.045	100%

Fonte: IBGE (Censo 2010)

Conforme é possível observar, cerca de 67% da população de Modelo vive na zona urbana, fato que implica na predominância de atividades não rurais no município, como comércio, serviços e indústria.

Do contingente populacional total (rural e urbano), cerca de 21% tem até 14 anos, 25% de 15 a 29 anos, 40% de 30 a 59 anos e 14% 60 anos ou mais, conforme é possível observar na Tabela 2.

Tabela 2. População residente, por faixa etária: 2010.

Faixa etária	Masculina		Feminina		Total	
	Pessoas	%T	Pessoas	%T	Pessoas	%T
1-14 anos	458	22,13	411	20,81	869	21
15-29 anos	527	25,46	464	23,49	991	25
30-59 anos	833	40,24	801	40,56	1.634	40
60 ou mais	252	12,17	299	15,14	551	14
Totais	2.070	100,00	1.975	100,00	4.045	100

Fonte: IBGE (Censo 2010)

Conforme a Tabela 2, observa-se que mais de 60% da população, tanto feminina como masculina, enquadram-se entre 15 e 59 anos, apontando para uma longevidade do potencial de trabalho.

2.2. Apresentação e análise da economia do Município de Modelo

Para analisar o perfil econômico do município, foram coletadas séries históricas de variáveis, entre as quais, o Produto Interno Bruto a preços constantes (PIB real¹), o Valor Agregado Bruto dos diferentes setores da economia², o PIB real *per capita*³, a demografia

¹ De acordo com PESSOA (2017), "O Produto Interno Bruto (PIB) é a soma dos VABs setoriais e dos impostos, e é a principal medida do tamanho total de uma economia".

² De acordo com PESSOA (2017), o ou Valor Agregado Bruto ou "Valor Adicionado Bruto (VAB) é o valor que cada setor da economia (agropecuária, indústria e serviços) acresce ao valor final de tudo que foi produzido em uma região".

³ Segundo Mankiw (2015), "o PIB real mede a renda total de todas as pessoas na economia, e o PIB per capita mede a renda média".

das empresas e organizações do território, a evolução do emprego e a produção agropecuária.

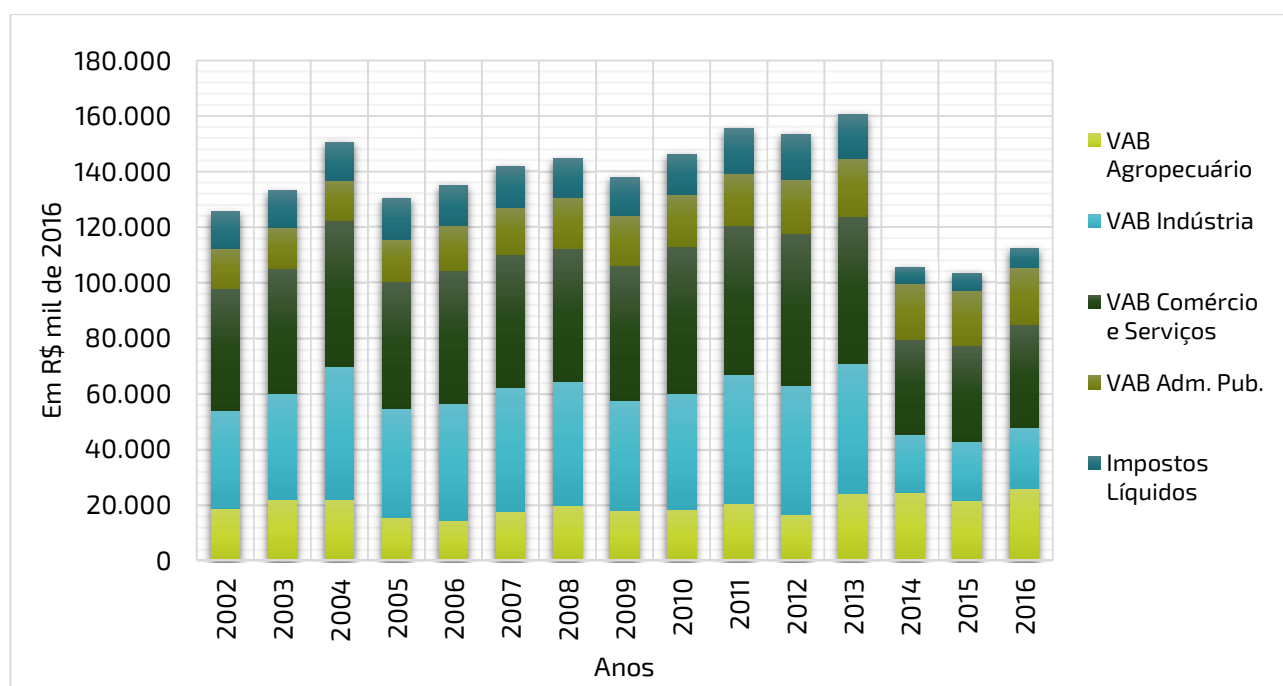
2.2.1. Análise da evolução do Produto Interno Bruto e da estrutura empresarial

Entre 2002 e 2016, o PIB Real do município diminuiu de R\$ 125,5 milhões para R\$ 112,4 milhões. Neste período, a agropecuária e a administração pública se constituíram como os setores com maior capacidade de geração de riquezas.

Destaca-se, neste contexto, que no período 2002 a 2013 a trajetória do PIB Real foi de crescimento e a produção de riquezas chegou a R\$ 160,7 milhões, apesar de momentos de retração, como o verificado em 2005.

Porém, entre 2013 e 2014 o PIB Real reduziu 34%, de R\$ 160,7 milhões para R\$ 105,3 milhões. Neste período, o VAB da indústria reduziu de R\$ 46,7 milhões para R\$ 20,7 milhões e o VAB do setor de comércio e serviços de R\$ 53,1 milhões para R\$ 34,4 milhões.

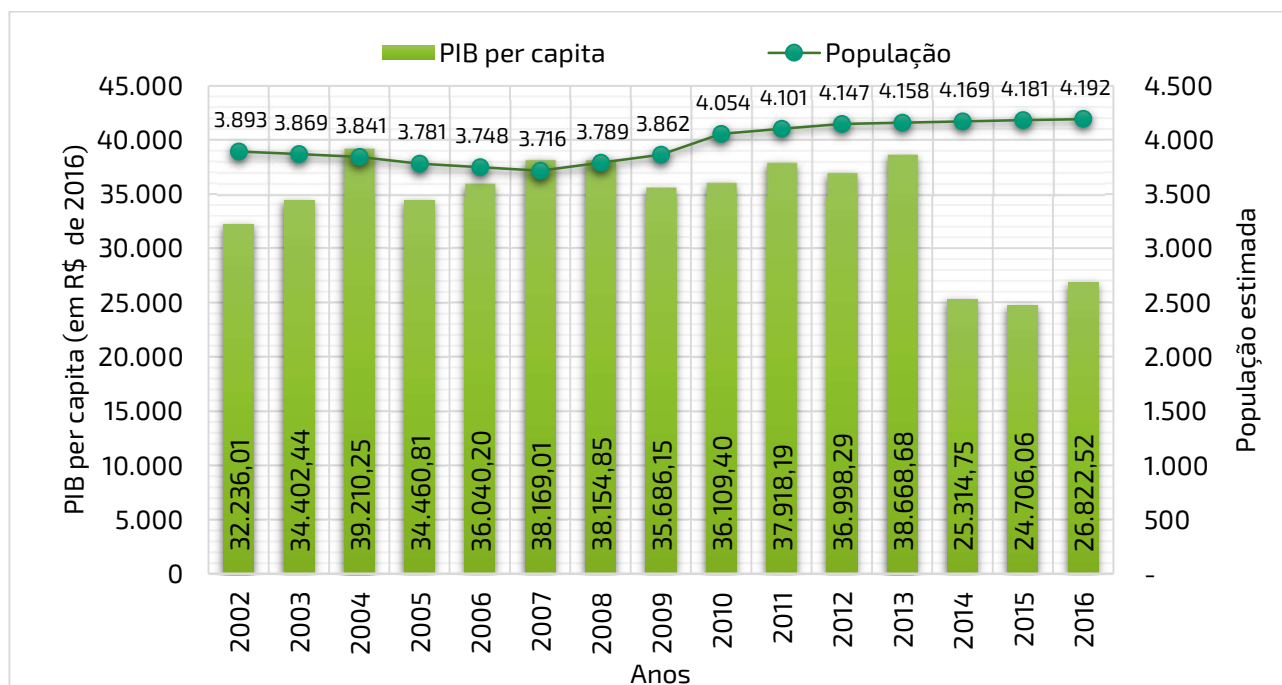
Figura 2. Evolução do Valor Agregado Bruto Real (em R\$ Mil 2016) no município: 2002 a 2016



Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE (2019).

Neste contexto, a partir do ano de 2014 o PIB de Modelo/SC passou para um patamar inferior, tendo encerrado o ano de 2016 com R\$ 112,4 milhões.

Figura 3. Produto Interno Bruto per capita (em R\$ de 2016) e população estimada do município: 2002 a 2016

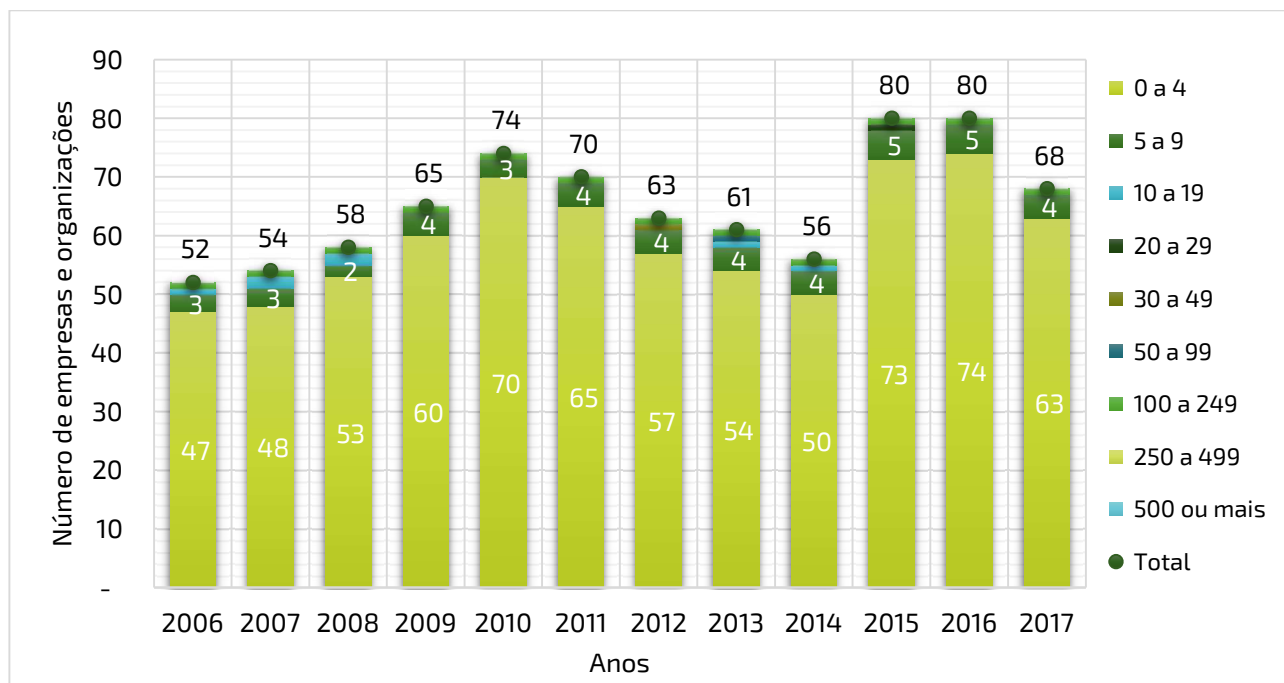


Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE (2019).

Do início do período analisado, 2002, até o ano de 2011, o PIB Real *per capita* evoluiu de R\$ 32,2 mil para R\$ 37,9 mil, mas em função da forte retração econômica verificada entre os anos de 2013 e 2014, a produção média de riquezas ficou na casa dos R\$ 26,8 mil no ano de 2016. Para fins de comparação, destaca-se que em 2016 média regional foi de R\$ 34,73 mil e a média estadual situou-se ao redor de R\$ 37,14 mil.

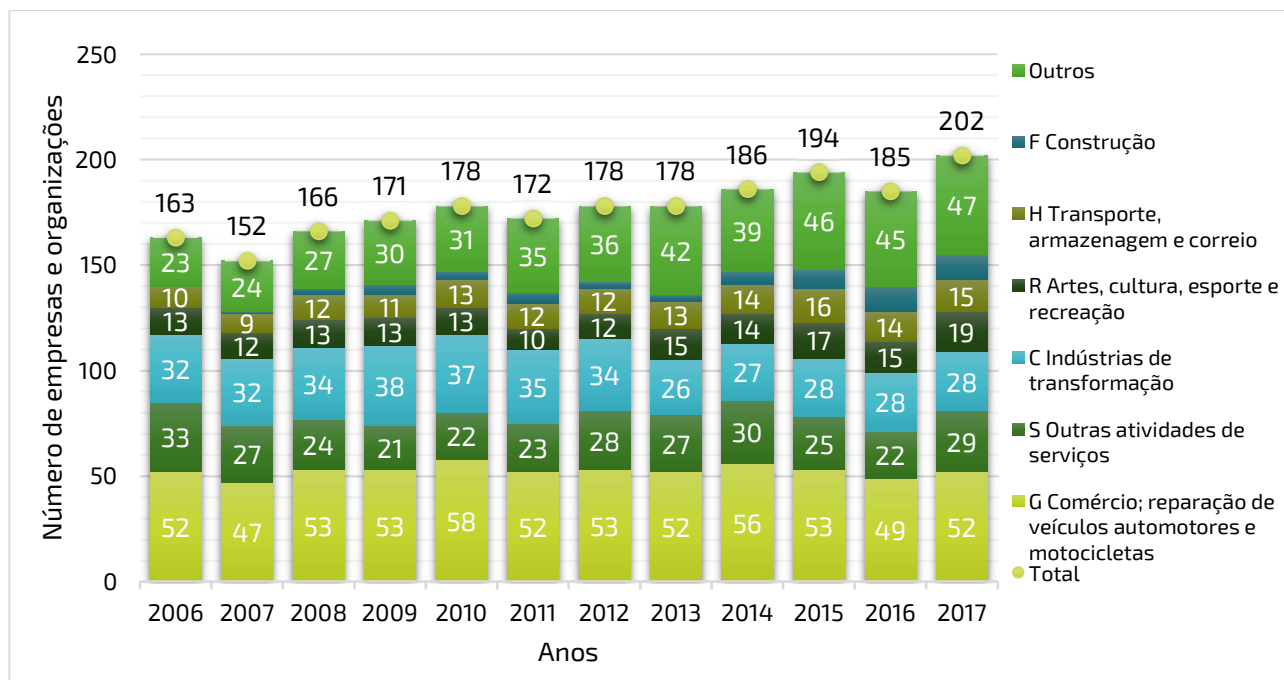
Em termos gerais, a atividade empresarial no município é composta principalmente por empresas e organizações que empregam de 0 a 4 empregados, que juntas representam mais 79% das empresas e organizações do município. Em 2017, 165 empresas e organizações empregavam de 0 a 4 funcionários, 19 empresas e organizações de 5 a 9, e somente 1 de 100 a 249, conforme é possível observar na Figura 4.

Figura 4. Composição das empresas e organizações, por faixa de pessoal ocupado: 2006 a 2017



Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE (2019).

Figura 5. Composição das empresas e organizações, por setor de atividade econômica: 2006 a 2017



Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE (2019).

Apresenta-se na Figura 5 a evolução no número de empresas e organizações de todos os segmentos da economia municipal. O segmento de comércio e oficinas mecânicas agrega o maior número de empresas e organizações (52, equivalente a 26% do total).

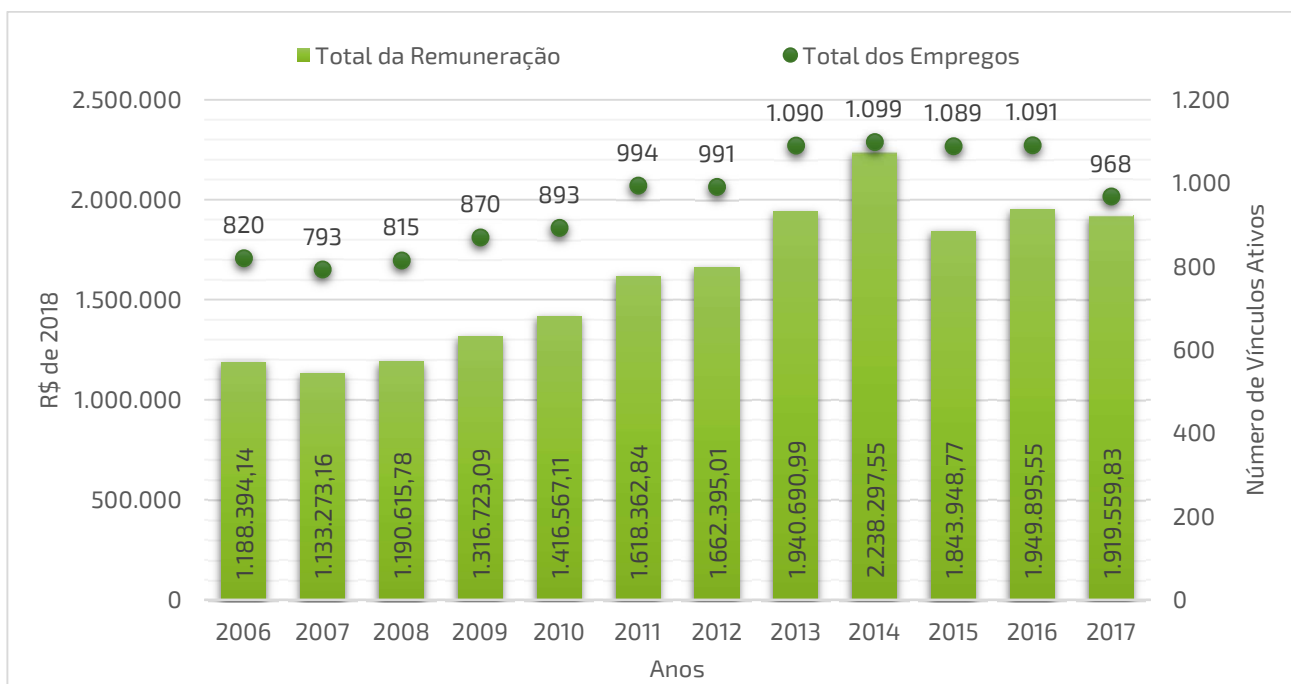
Observou-se crescimento no número de empresas e organizações nos seguintes setores: artes, cultura, esporte e recreação (19, equivalente a 9% do total em 2017) e, indústria de transformação (28, equivalente a 14% do total em 2017). O grupo "G", que representa o comércio, vem experimentando um incremento no período estudado, com oscilações entre 47 e 56 empresas.

2.2.2. Análise da evolução do mercado formal de trabalho

O nível de emprego na economia municipal foi analisado através das estatísticas de emprego e renda do Programa de Disseminação das Estatísticas do Trabalho (PDET).

Esse programa objetiva divulgar informações coletadas dos Registros Administrativos: Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) e do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED).

Figura 6. Número de empregos formais e remuneração mensal (em R\$ de 2018): 2006 a 2017

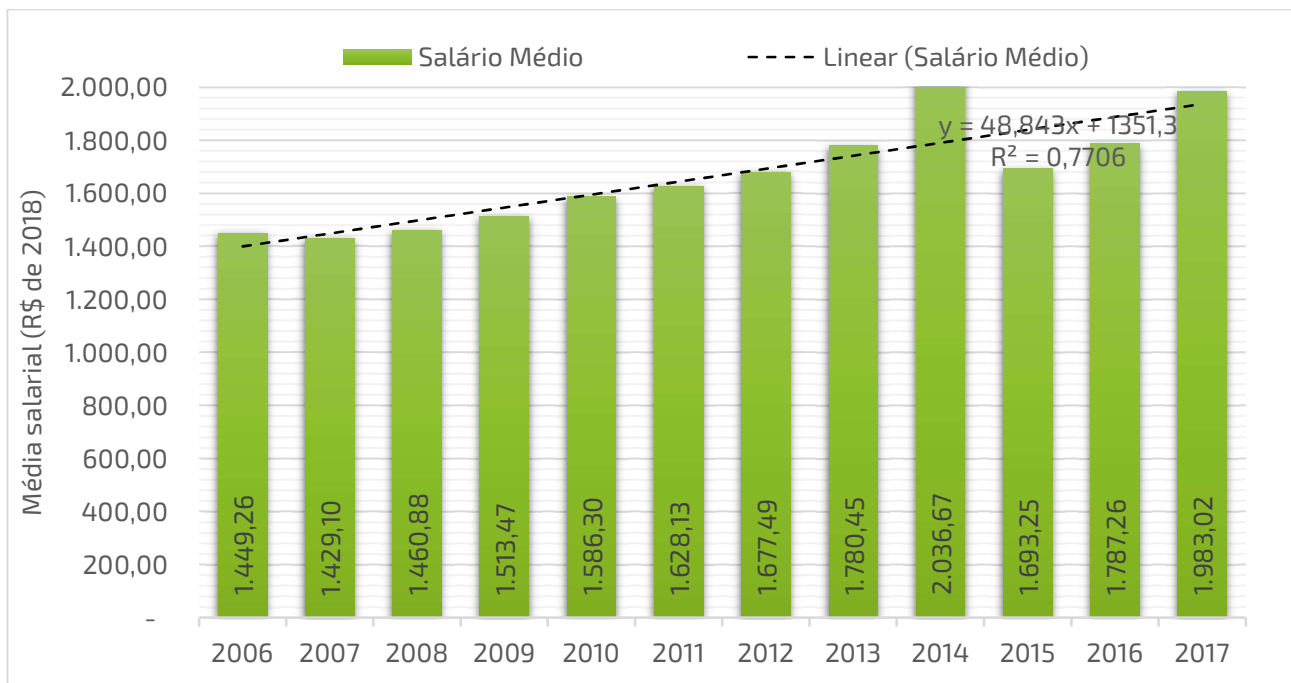


Fonte: Elaboração própria, com base em RAIS (2019).

A partir da Figura 6, observa-se que o município tem elevado o número de empregos e da massa salarial, partindo de 820 postos de trabalho com um total de remuneração de R\$ 1,2 milhões/mês em 2006 para 968 postos de trabalho em 2017, com um total de remuneração de R\$ 1,9 milhões/mês em 2017.

Na Figura 7 é possível observar a remuneração média das pessoas que ocupam esses postos de trabalho. Destaca-se o crescimento de R\$ 1.449,26 por trabalhador em 2006 para R\$ 1.983,02 em 2017. A reta (Salário Médio) mostra uma clara tendência de crescimento no salário médio praticado no município.

Figura 7. Remuneração média (em R\$ de 2018) e variação percentual no salário médio em: 2006 a 2017

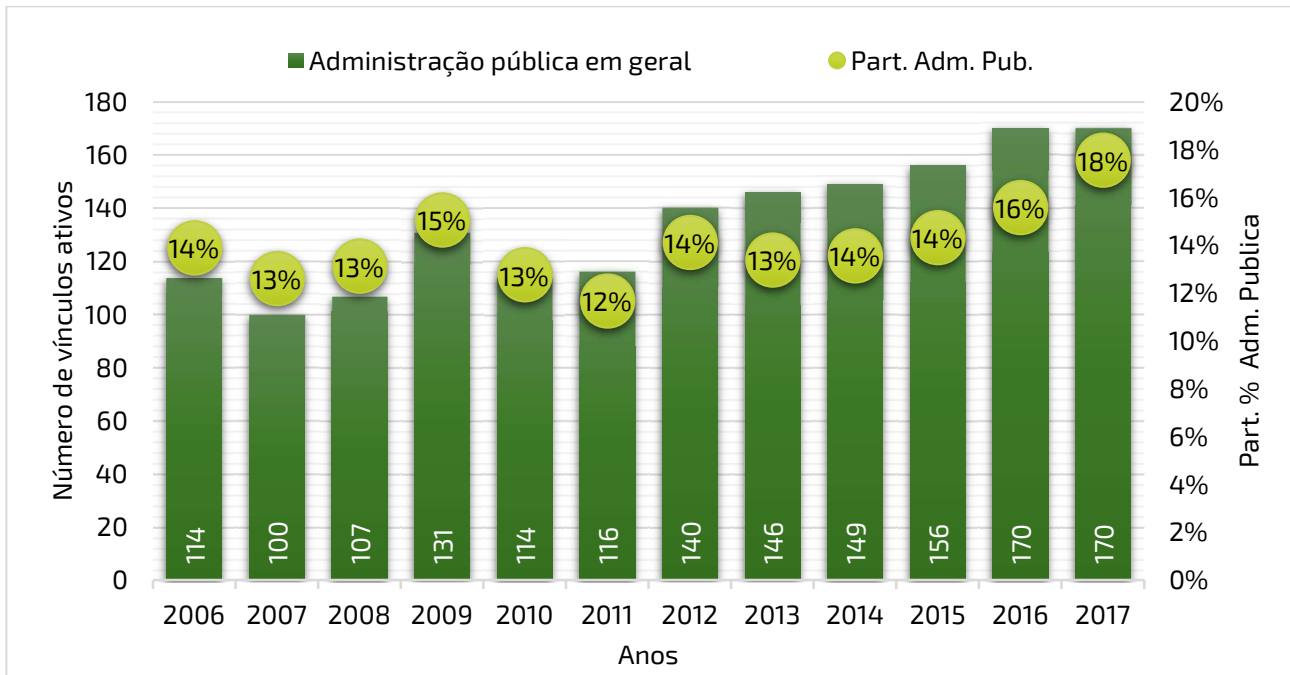


Fonte: Elaboração própria, com base em RAIS (2019).

Na Figura 8 estão os dados relativos aos dos postos de trabalho no setor público na economia do município.

Observa-se que a participação do setor público no mercado formal de trabalho passou de 14% para 18% ao logo do período estudado. O número de postos de trabalho no setor público aumentou de 114 para 170 no período analisado, o que denota um aumento de 49%. Por outro lado, o número de empregos no setor privado cresceu 13%, de 706 para 798.

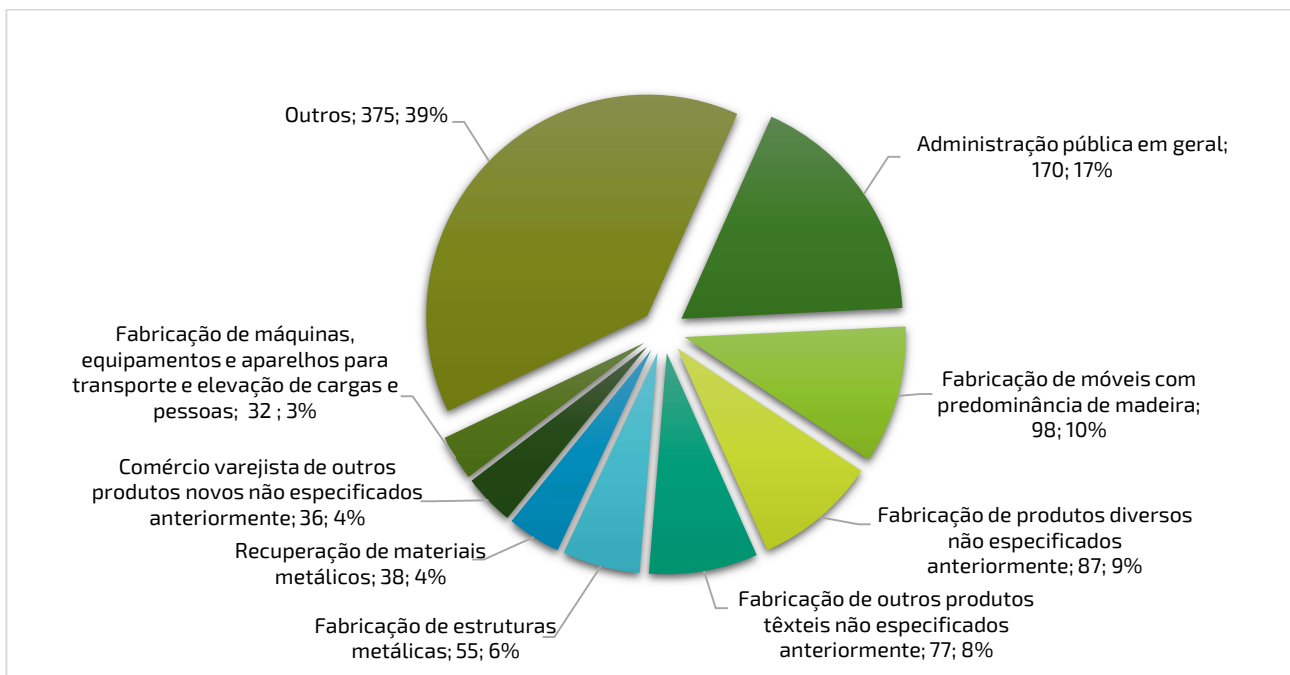
Figura 8. Número de empregos da administração pública em geral e participação percentual em relação ao total: 2006 a 2017



Fonte: Elaboração própria, com base em RAIS (2019).

Com o objetivo de melhor caracterizar a alocação da mão-de-obra em 2017, apresenta-se a Figura 9, onde é possível verificar a estratificação pelas diversas áreas de atividade econômica no município.

Figura 9. Atividades econômicas com maior número de empregos formais: 2017



Fonte: Elaboração própria, com base em RAIS (2019).

Por fim, destaca-se que entre 2006 e 2017 foi possível identificar a geração de 148 novos postos de trabalho, sendo os principais, na fabricação de produtos diversos (87 novos postos de trabalho), administração pública em geral (56 novos postos de trabalho), recuperação de materiais metálicos (38), comércio varejista de outros produtos novos não especificados anteriormente (31) e fabricação de máquinas, equipamentos e aparelhos para transporte e elevação de cargas e pessoas (32).

Entre as atividades que mais perderam postos de trabalho, entre 2006 e 2017, destacam-se a fabricação de móveis com predominância de madeira (- 53postos de trabalho), fabricação de estruturas metálicas (-48 postos de trabalho), fabricação de estruturas de madeira e de artigos de carpintaria para construção (-33 postos de trabalho), fabricação de outros produtos têxteis não especificados anteriormente (-16 postos de trabalho) e atividades de atendimento hospitalar (-7 postos de trabalho).

2.2.3. Análise da evolução da produção agropecuária

Na presente seção são apresentadas as principais variáveis relativas à produção agropecuária do município. O rural do município é constituído por pequenas propriedades. Cerca de 85,11% dos estabelecimentos possuem área que varia de zero a um módulo fiscal (até 18 hectares) e concentram cerca de 65,32% da área. 13,39% dos estabelecimentos possuem área que varia de 1 a 2 módulos fiscais (18 a 36 hectares) e ocupam 28,08% da área total dos estabelecimentos do município.

Os dados do Cadastro Ambiental Rural permitem identificar que cerca de 99% das propriedades rurais tem até 54 hectares e ocupam cerca de 97% da área dos imóveis rurais, conforme é possível observar na Tabela 3.

Tabela 3. Estrutura fundiária do Município: 2019

Classe	Número de Propriedades	Área ocupada	% Imóveis	% Área
0-1	623	5.344,87	85,11	65,32
1-2	98	2.297,62	13,39	28,08
2-3	8	320,17	1,09	3,91
3-4	1	61,64	0,14	0,75

4-5	2	157,99	0,27	1,93
5-6	0	0	0	0
6-7	0	0	0	0
7-8	0	0	0	0
8-9	0	0	0	0
9-10	0	0	0	0
10-11	0	0	0	0
	732	8182,29	100	99,99

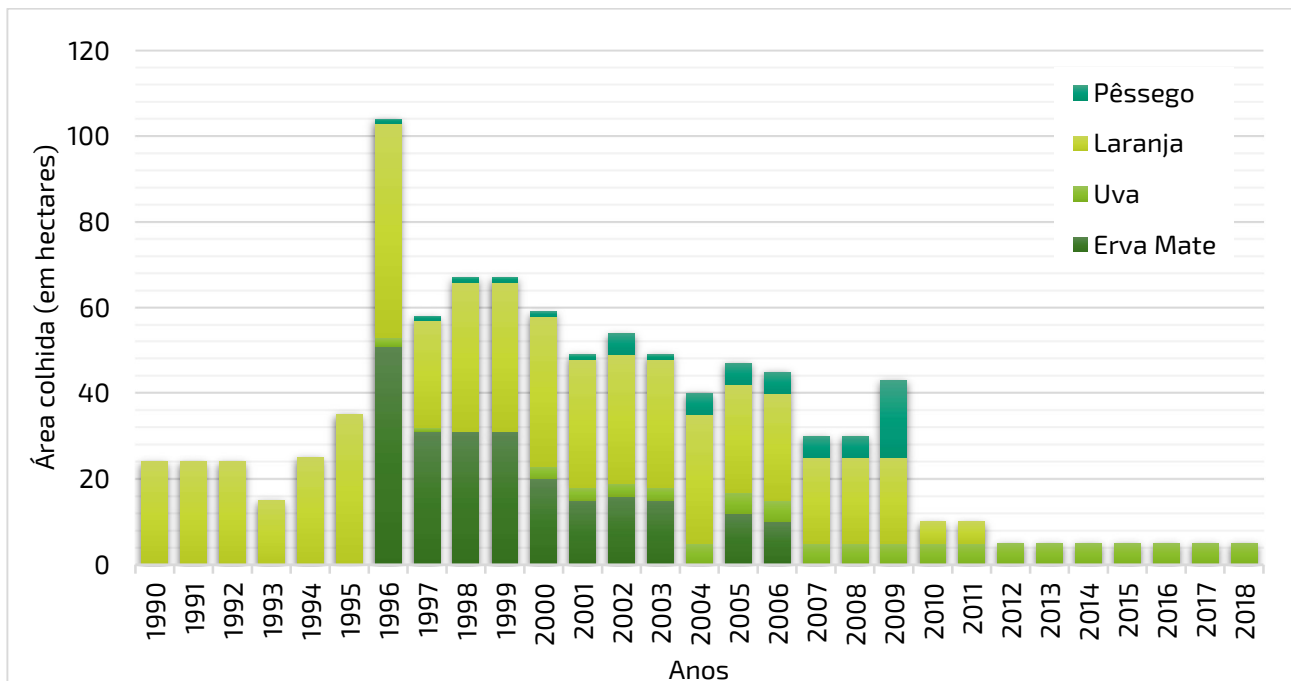
Fonte: CR Campeiro 7 (UFSM, 2019).

Segundo dados do Censo Agropecuário 2017, o município destina cerca de 3 hectares para culturas perenes e 3.552 para a lavoura temporária.

A pesquisa agrícola municipal, também conduzida pelo IBGE (2019), permite observar que a área colhida de lavoura permanente é relativamente baixa no município e situa-se ao redor dos 5 hectares.

A Figura 10 permite observar a evolução global do segmento de produção das lavouras permanentes no município.

Figura 10. Área colhida de culturas de lavoura permanente: 1990 – 2018

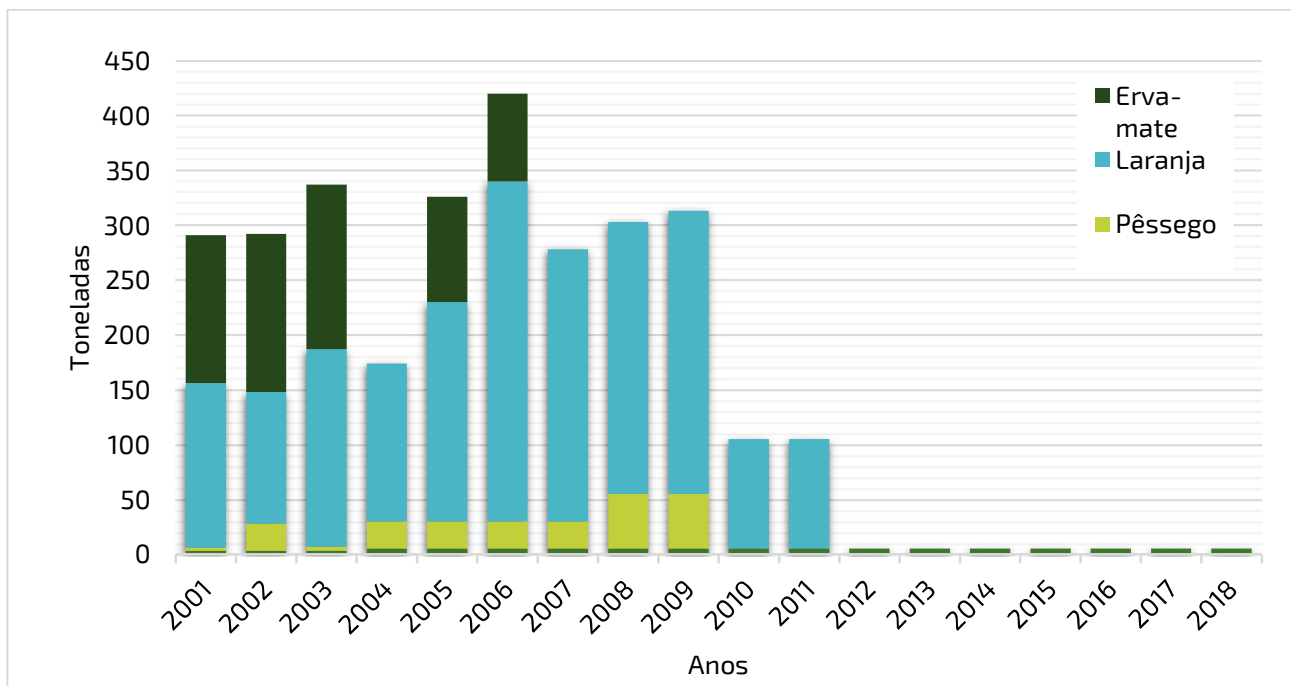


Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE (2019).

Nas lavouras perenes observa-se a relevância de algumas culturas, onde atualmente o município conta com o cultivo da uva. A cultura da laranja teve 25,5 hectares na média do período de 1990 a 2011, verificando-se picos de 125 hectares em 1995-1996 e 1998-2000. A partir de 2011 essa cultura foi praticamente cessada, quando auferia somente 5 hectares. A erva mate e o pêssigo também eram presentes no município durante alguns anos, mas deixaram de ser produzidos. A cultura da uva teve início em 1996 com somente 2 hectares, foi interrompida nos anos de 1998 e 1999, sendo retomado o cultivo no ano de 2000 com 3 hectares, sendo aumentada a área para 5 hectares em 2004, permanecendo com esta mesma área até 2018.

Em função da baixa quantidade colhida, a produção também não é volumosa, conforme destaca-se na Figura 11.

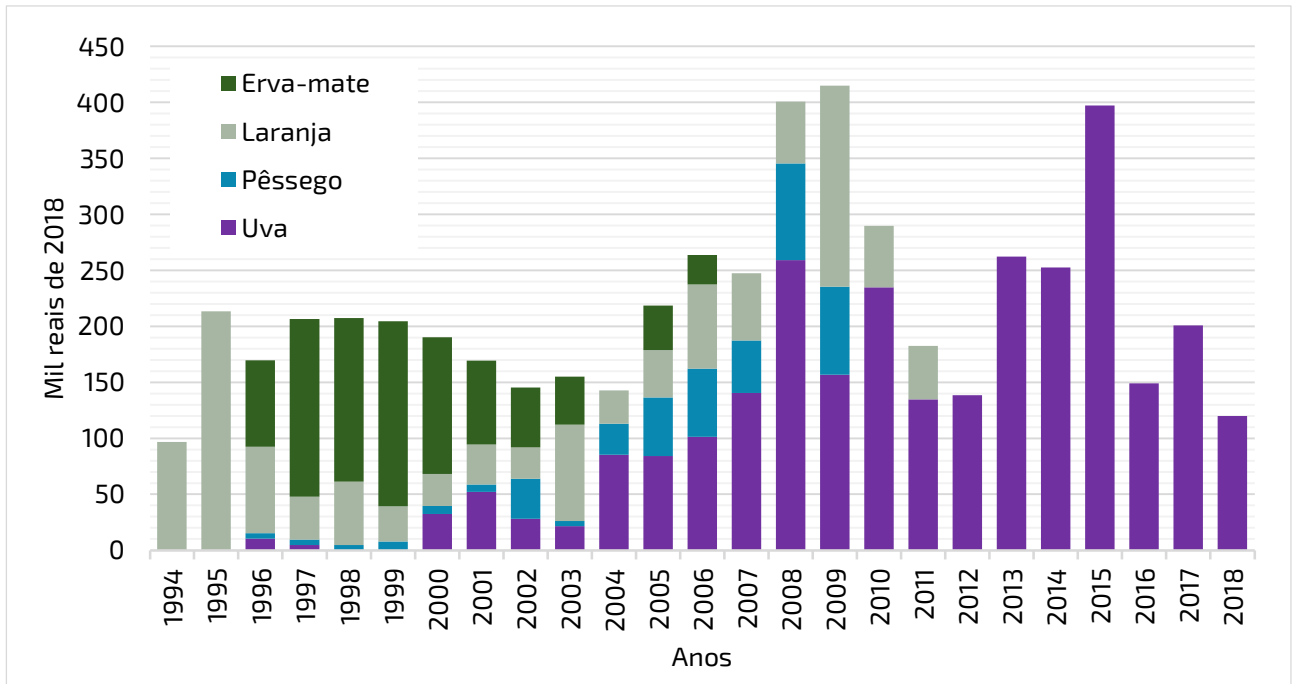
Figura 11. Quantidade produzida de culturas de lavoura permanente em: 1994 – 2018



Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE (2019).

Pode-se observar na Figura 12 que o valor global da produção da lavoura permanente já alcançou cerca de R\$ 415 mil em 2009 e no ano de 2018 reduziu para R\$ 120 mil.

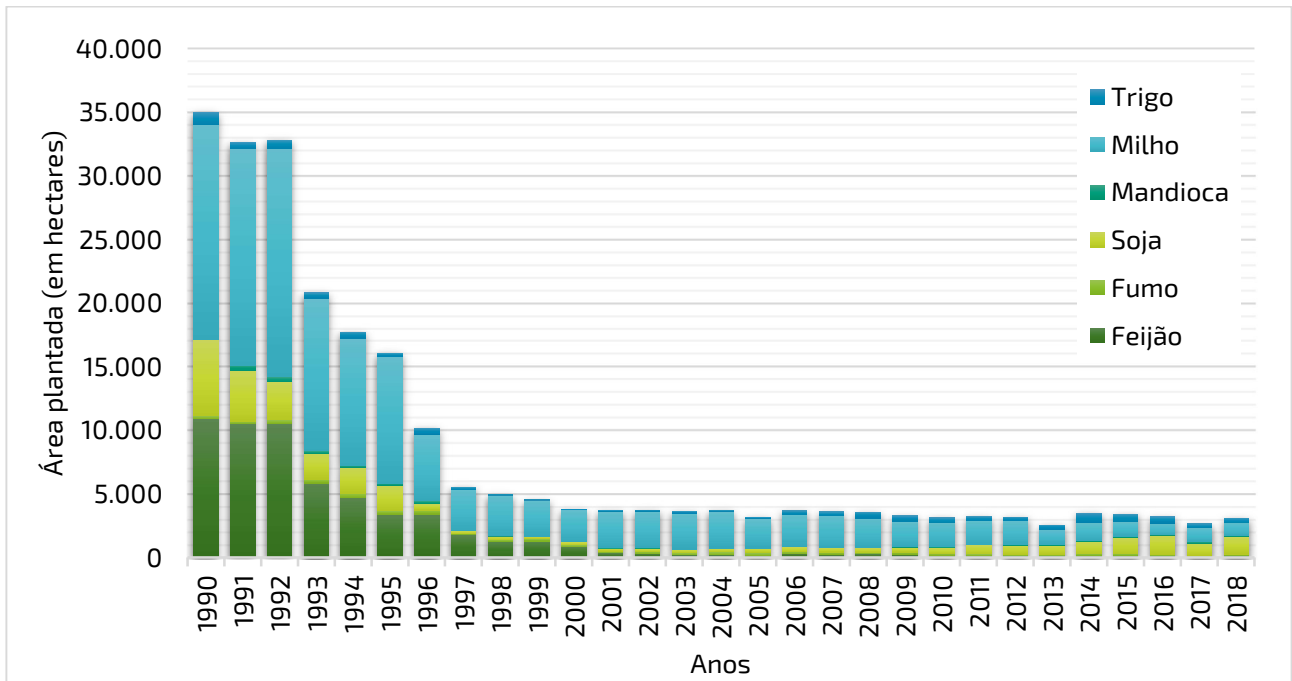
Figura 12. Valor da produção da lavoura permanente (Mil Reais de 2018): 1998 – 2018



Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE (2019).

Em 2018, a cultura da uva foi a que alcançou o maior valor de produção, fechando o ano com R\$ 120 mil, visto que foi a única cultura permanente.

Figura 13. Área plantada de culturas de lavoura temporária: 1990 – 2018



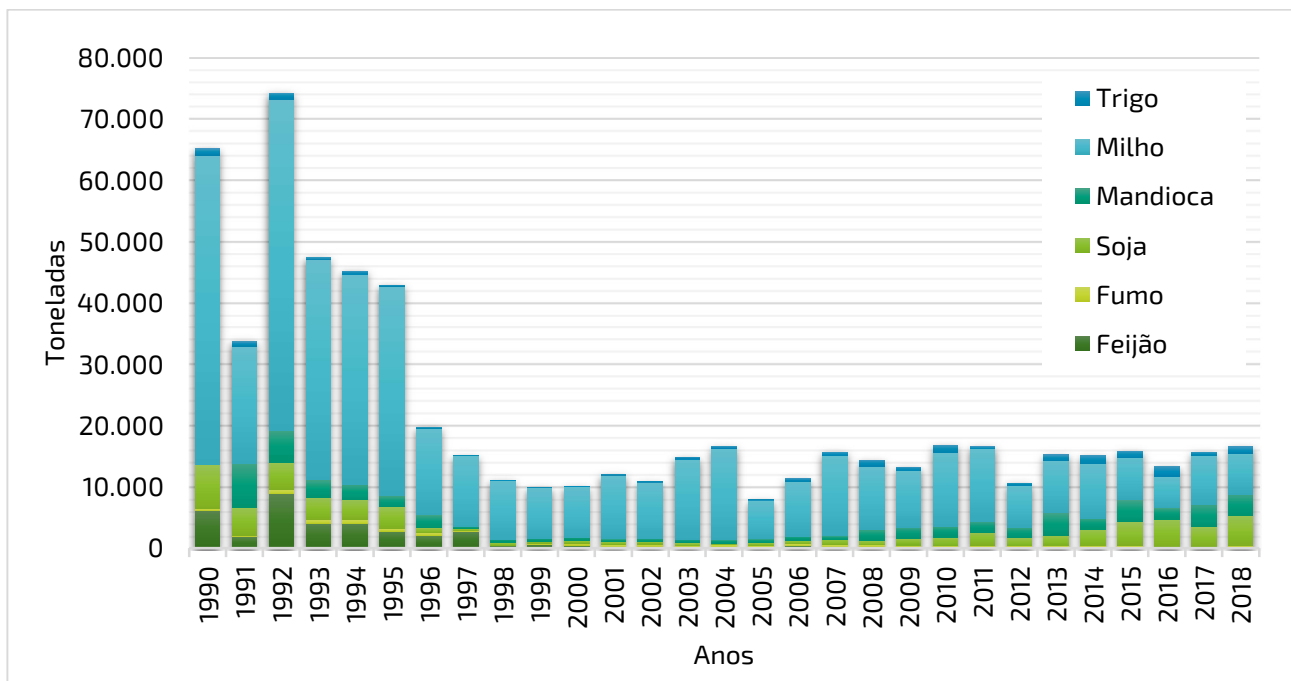
Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE (2019).

Em relação à lavoura temporária, é possível verificar através da Figura 13, que as culturas de milho e de soja se constituem como as principais por apresentarem as maiores áreas plantadas. Porém, é perceptível a tendência de redução das áreas plantadas, a exemplo da área de milho, que em 1992 contava com 18.000 hectare e passou para 1.000 hectares em 2018. A área plantada de feijão também foi consideravelmente reduzida, de 10.920 hectares para 170 hectares no período analisado. Já, a área plantada de soja passou de 6.000 hectares em 1990 para 1.350 em 2018.

Apresenta-se na Figura 14 a quantidade produzida de culturas de lavoura temporária. Nesta, é possível observar oscilações significativas no volume de produção de milho (que varia de 5.130 mil a 54.000 mil toneladas) e de soja (180 a 7.200 mil toneladas).

Feijão, milho, fumo, mandioca, soja e trigo, tiveram suas quantidades produzidas de 1990 a 2018 em 6.186 mil toneladas para 229 t.; 50.460 mil para 6.600 t.; 328 para 180 toneladas; 7.200 t. (1991) para 3.600 t.; 7.200 para 4.860 t. e 1.000 t. para 1.053 t; respectivamente.

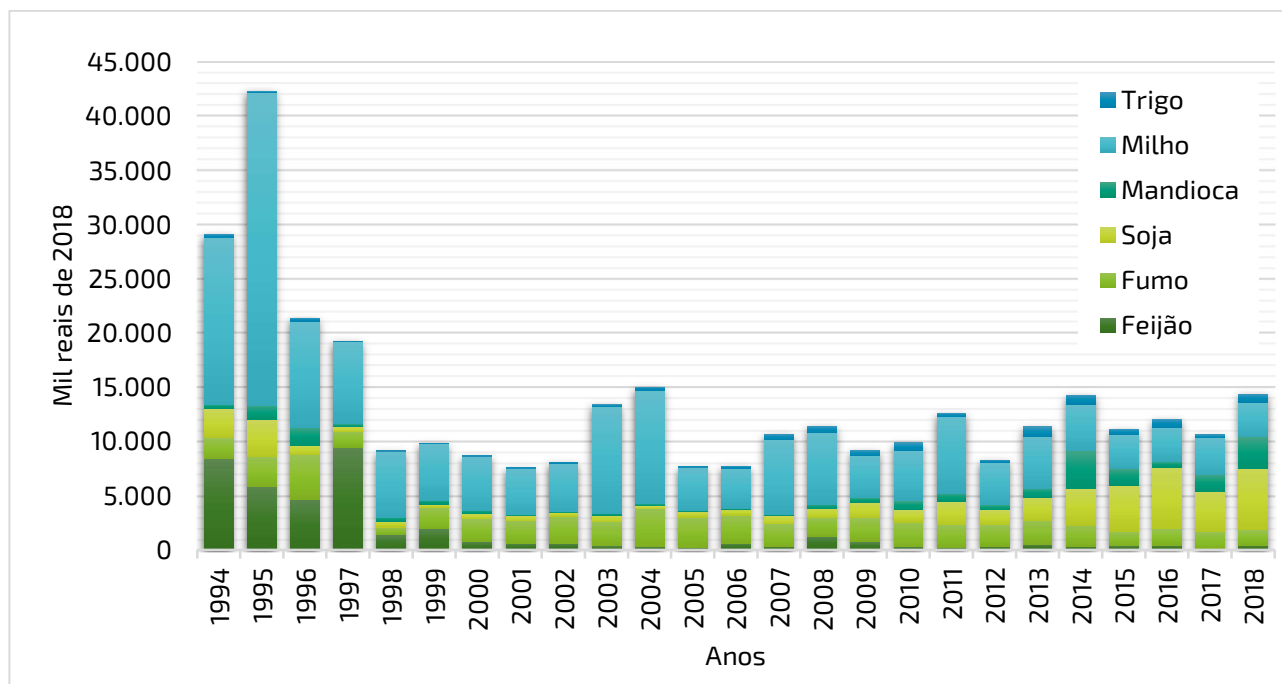
Figura 14. Quantidade produzida de culturas de lavoura temporária em: 1990 – 2018



Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE (2019).

Em termos reais, é possível observar a partir da Figura 15 que o valor global da produção da lavoura temporária já passou dos R\$ 40 milhões, em 1995, mas em função da redução de área e de produção, encerrou 2018 próximo dos R\$ 15 milhões.

Figura 15. Valor da produção da lavoura temporária (Mil Reais de 2018): 1994 – 2018

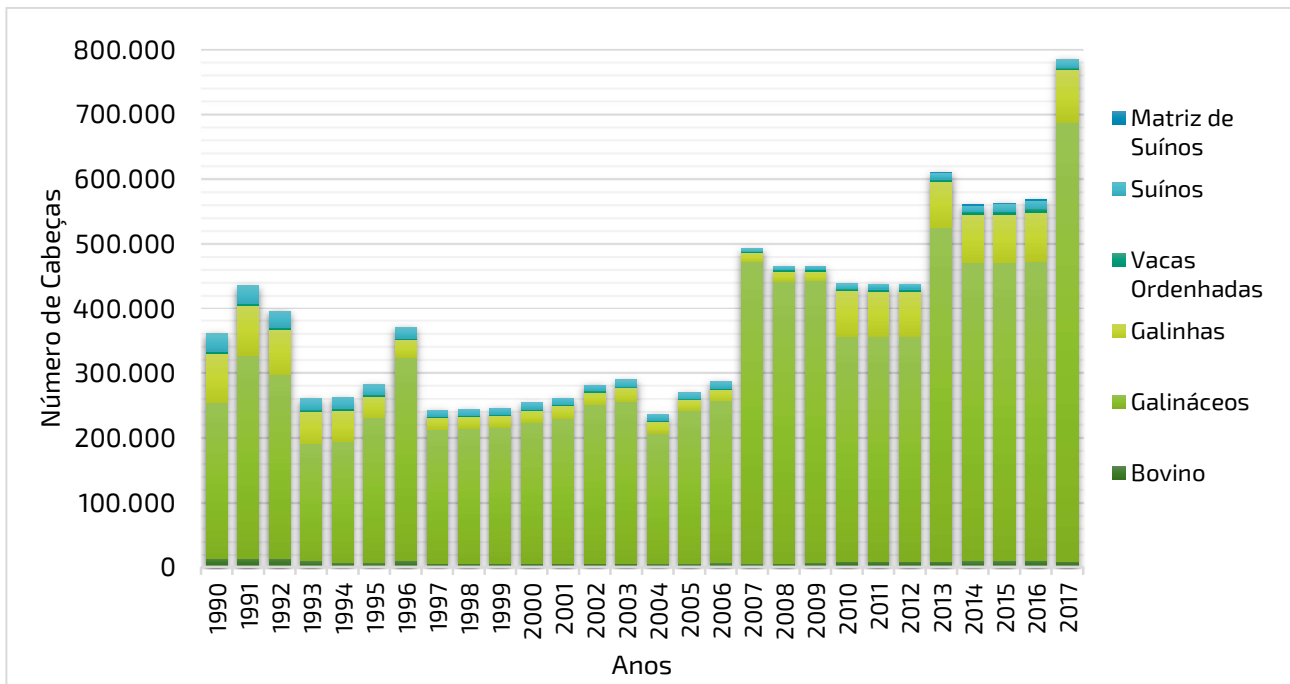


Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE (2019).

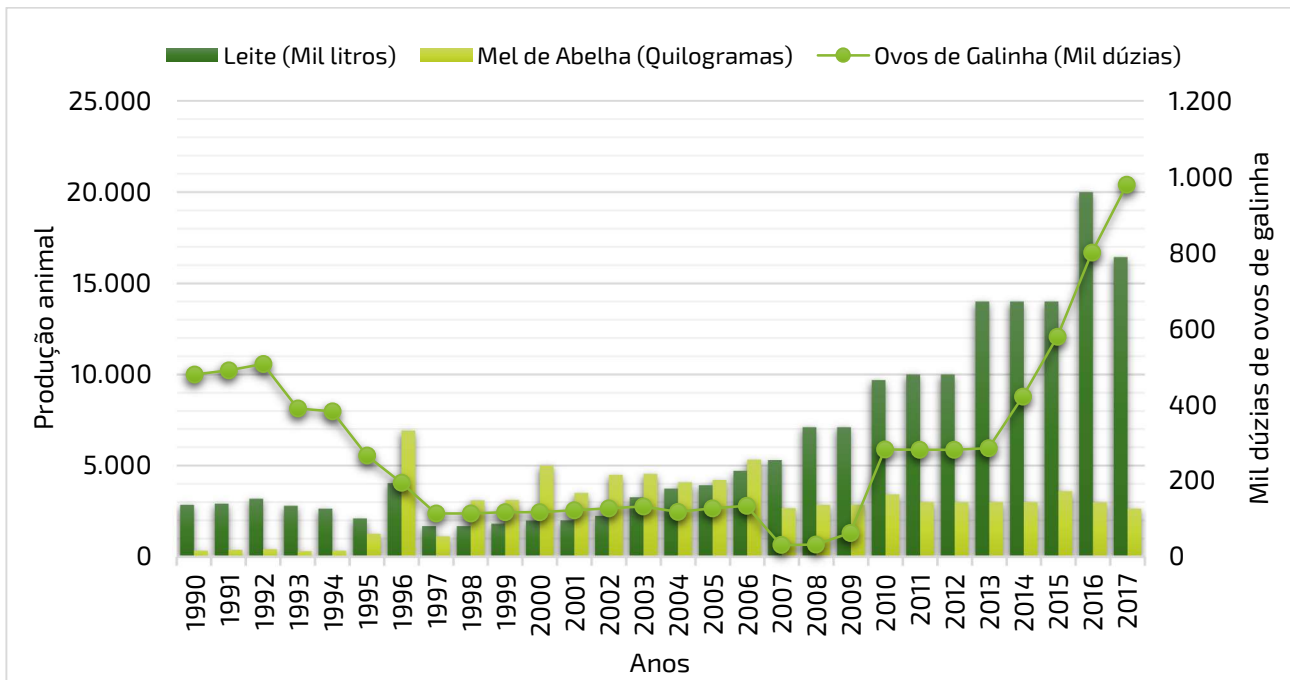
Outro importante componente da produção primária do município é a produção pecuária. Neste segmento, apresenta-se, na Figura 16, uma tendência de crescimento dos rebanhos entre 1997 e 2017. Neste contexto, o rebanho de galináceos⁴ apresentou um acréscimo de 181% ao longo do período de 1990 a 2017, passando de 241.288 mil cabeças para 678.339 mil. Já na categoria galinhas⁵, o rebanho aumentou 7,2%, passando de 76.520 animais no ano de 1990 para 82.100 em 2017. Já, o rebanho bovino foi reduzido em 30% no período analisado, passando de 12.780 para 8.960 cabeças. Por sua vez, o rebanho de suínos foi reduzido de 26.657 cabeças para 12.751 mil.

⁴ Segundo o IBGE, a categoria "galináceos" engloba o total de aves da espécie Gallus gallus (galos, galinhas, frangas, frangos, pintos e pintainhas).

⁵ Segundo o IBGE, a categoria "galinhas" engloba as aves fêmeas da espécie Gallus gallus destinadas à produção de ovos, independentemente do destino da produção (consumo, industrialização ou incubação), incluindo poedeiras e matrizeiras.

Figura 16. Número de cabeças dos principais rebanhos pecuários: 1990 – 2017

Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE (2019).

Figura 17. Produção animal: 1990 - 2017

Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE (2019).

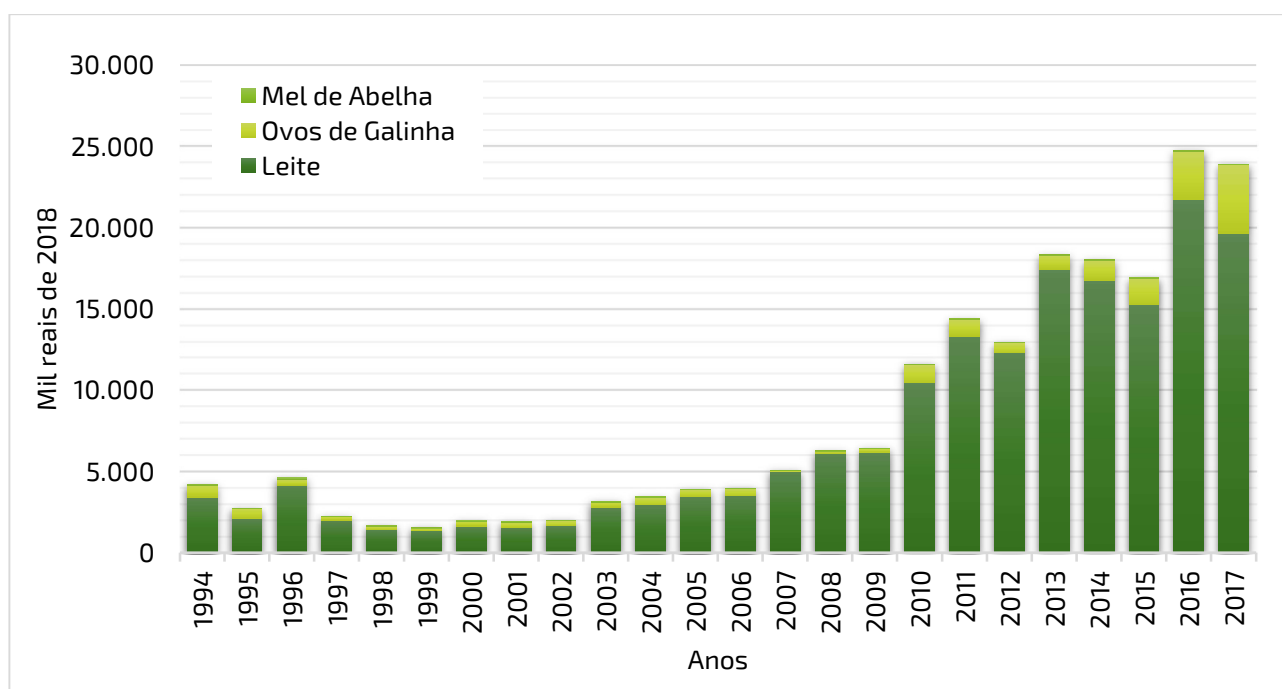
Tendo por base a Figura 17 é possível observar que em 1990, com 2,86 milhões litros, a atividade leiteira comercial no município iniciou uma expansão, alcançando 16,44 milhões de litros em 2017.

A produção de mel evoluiu de 342 quilos em 1990 para 2.643 quilos em 2017. A produção de ovos aumentou 104% neste período chegou a 979 mil dúzias em 2017.

Neste sentido, a atividade leiteira é a de maior impacto no valor da produção animal, com valor da produção em crescimento, saindo de R\$ 3,4 milhões em 1994 para o patamar de R\$ 19,67 milhões em 2017, conforme é possível verificar na Figura 18.

Por sua vez, o valor da produção de ovos que, cresceu de R\$ 762 mil para R\$ 4,18 milhões e a de mel de R\$ 6 mil para R\$ 4 mil.

Figura 18. Valor da produção animal (Mil Reais de 2018): 1994 - 2017



Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE (2019).

Apesar da tendência produtiva de baixa para muitos produtos agropecuários, o valor da produção evoluiu de R\$ 4,18 milhões para R\$ 23,9 milhões entre 1994 e 2017, o que atesta a importância do setor agropecuário para o município.

2.3. Apresentação e análise de indicadores de qualidade de vida e desenvolvimento

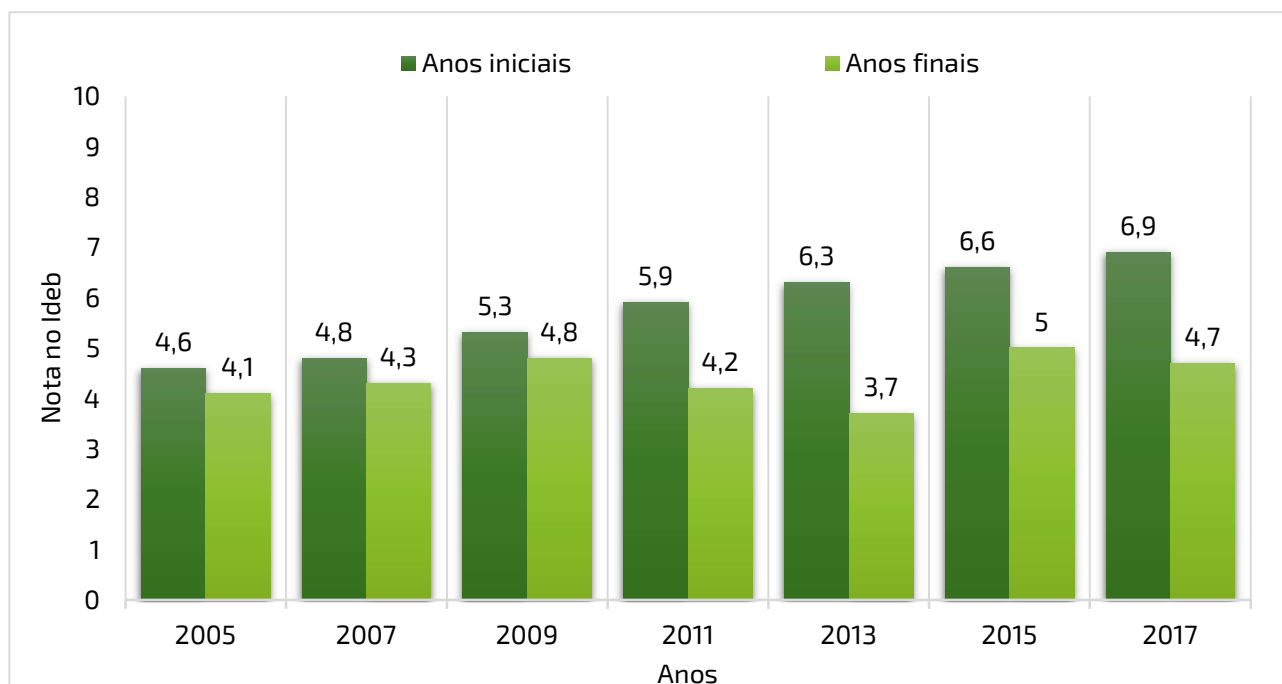
Para analisar as questões relacionadas ao bem-estar social no município, foi selecionado um conjunto de variáveis que permitem observar as mais recentes estatísticas relacionadas a educação, saúde, segurança e indicadores agregados de desenvolvimento.

2.3.1. Análise da evolução nos níveis de qualidade da educação

De acordo com os dados do IBGE (2019), a taxa de escolarização de 6 a 14 anos de idade (2010) foi de 100%, representando um ótimo número, quando comparado com outros municípios do Brasil. Este índice está associado ao número de matrículas no ensino do município, que em 2018 foi de 453 matrículas no ensino fundamental e 148 no ensino médio.

Em 2018, cerca de 41 docentes estiveram em atividade no ensino fundamental e 23 no ensino médio. De acordo com dados do IBGE, o município em questão conta com 2 escolas no ensino fundamental e 1 escola no ensino médio.

Figura 19. IDEB das escolas do município de Modelo /SC: 2005 a 2017



Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE (2019).

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB)⁶ tem evoluído no município, conforme é possível observar na Figura 19.

Neste sentido, pode-se perceber a educação dos anos iniciais evoluiu significativamente, passando de 4,6 em 2005 para a nota 6,9 em 2017.

Em relação aos anos finais da educação, pode-se perceber que desempenho dos alunos do município durante o período estudado evoluiu, partindo de nota 4,1 em 2005 para 5 em 2015, e em 2017 reduzindo para 4,7.

2.3.2. Análise da evolução nos níveis de natalidade e mortalidade infantil

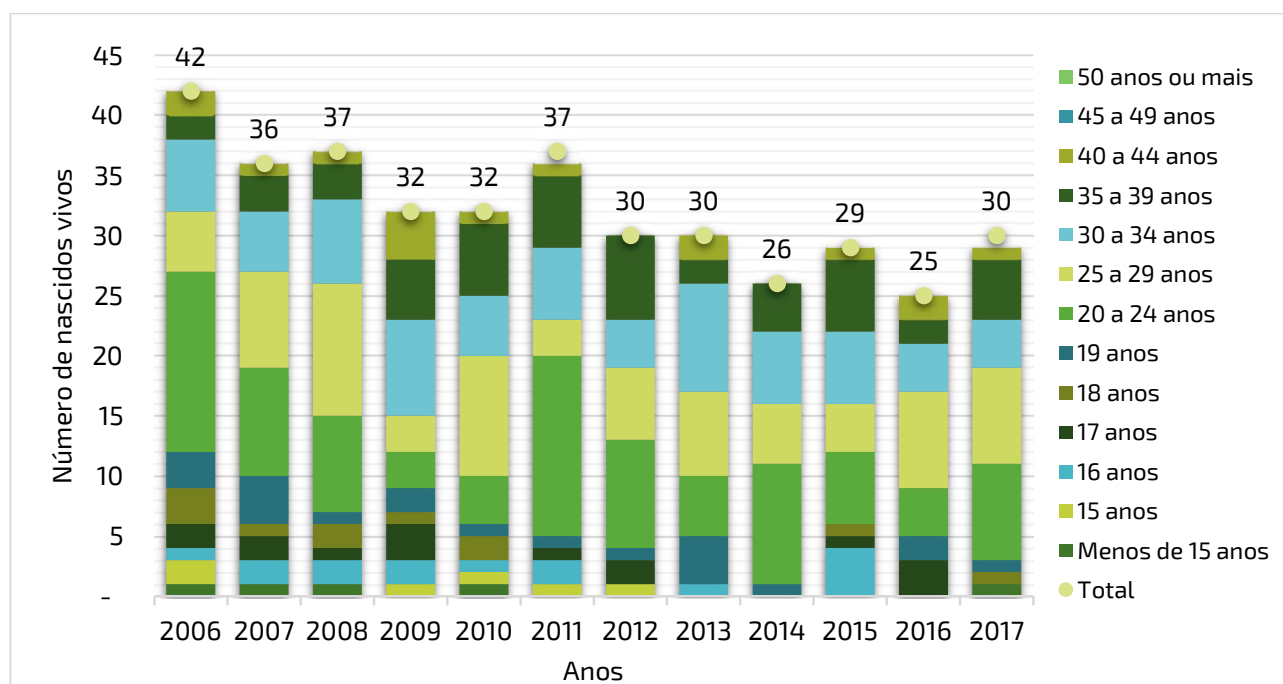
De acordo com estatísticas do IBGE (2019), o município apresenta uma clara tendência de crescimento no número de nascimentos de crianças, partindo de 52 nascidos vivos em 2006 para 44 em 2017.

Destaca-se que as mães com idades entre 20 a 24 anos, 25 a 29 anos e as de 30 a 34 anos são responsáveis pelo maior número de partos (Figura 20).

Em 2017 foram registrados um parto em mães com menos de 18 anos, o que, apesar de não representar uma proporção elevada, chama atenção a precocidade destas crianças e adolescentes mães. Por outro lado, neste mesmo ano foram registrados três nascimentos em mães com mais de 40 anos.

⁶ Criado em 2007 pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) e considerado como um dos principais indicadores para aferir a qualidade da educação e permitir o estabelecimento de metas. Este índice varia numa escala de 0 a 10, onde, de acordo com a meta do MEC, o Brasil precisa alcançar até 2021 a média 6 nos anos iniciais do ensino fundamental. O indicador é divulgado a cada dois anos e é calculado com base nos dados do Censo Escolar (com informações enviadas pelas escolas e redes), e médias de desempenho nas avaliações do Inep (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira), como a Prova Brasil.

Figura 20. Nascidos vivos, por grupos de idade da mãe na ocasião do parto, em Modelo/SC: 2006 a 2017

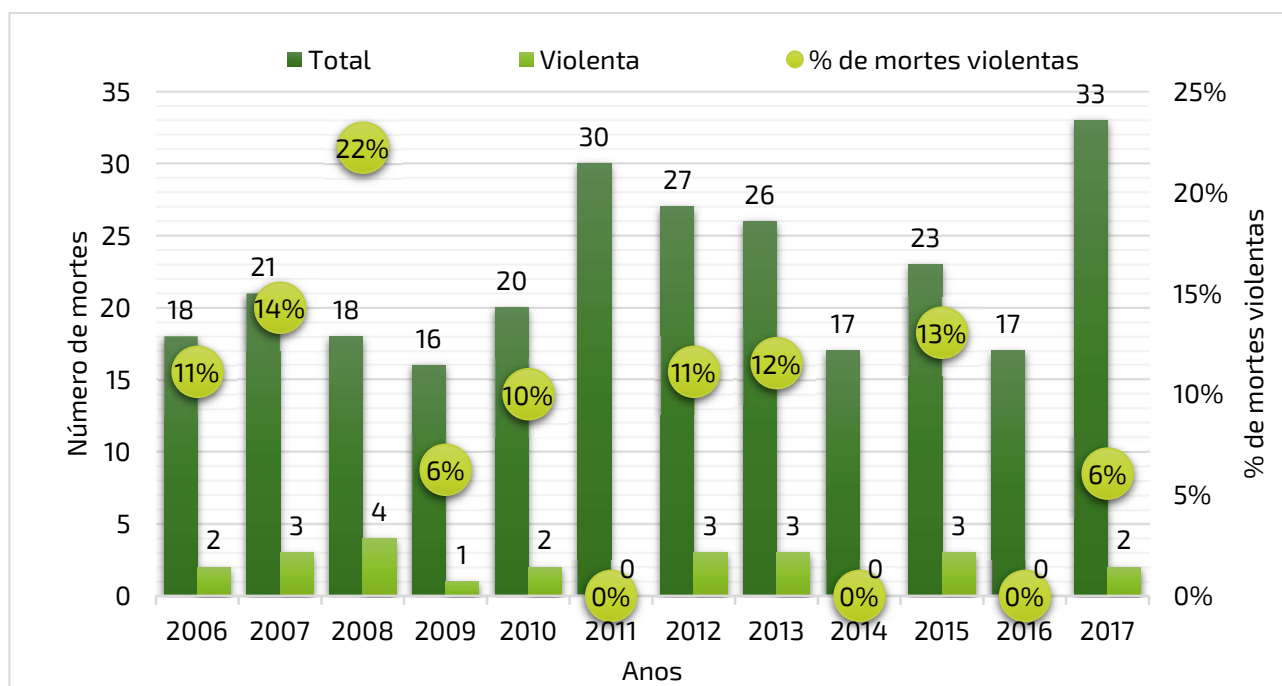


Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE (2019).

A taxa de mortalidade infantil é um dos principais indicadores de qualidade na saúde de um determinado município, estado ou país. Neste contexto, destaca-se que em 2011 a taxa de mortalidade infantil foi de 23,26, a menor registrada no período 2006 a 2017. Posteriormente esta taxa subiu para 54,05 em 2016, voltando a cair em 2017. "A taxa de mortalidade infantil média na cidade em 2017 (último registro) é de 45,45 para 1.000 nascidos vivos. As internações devido a diarreias são de 7,2 para cada 1.000 habitantes. Comparado com todos os municípios do estado, fica nas posições 10 de 295 e 32 de 295, respectivamente. Quando comparado a cidades do Brasil todo, essas posições são de 119 de 5.570 e 434 de 5.570, respectivamente" (IBGE, 2019).

2.3.3. Análise da evolução nos níveis de segurança e mortes violentas

Um bom indicador de segurança é o número de ocorrência de óbitos violentos, decorrentes de homicídios, suicídios e acidentes de trânsito. Em 2008 o número de mortes violentas alcançou o patamar mais alto (22%), em contrapartida, nos anos de 2011, 2014 e 2016, não foram registradas mortes violentas.

Figura 21. Óbitos, por natureza, em Modelo/SC: 2006 a 2017

Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE (2019).

Em termos absolutos, o menor número de mortes ocorridas no município se deu em 2009 com 16 mortes, porém 6% destas foram de forma violenta. Entretanto, a partir de então, os indicadores ficaram mais próximos da média, que se aproxima dos 9%. Em termos gerais, no período analisado foram registrados um total de 266 óbitos, dos quais 23 ocorreram de forma violenta, conforme pode ser observado na Figura 21.

Quando se considera que cada pessoa é única e desenvolve um conjunto de relações afetivas, mesmo que 9% fosse considerado pouco, já seria o bastante para fortalecer as estratégias e políticas voltadas a segurança pública.

2.3.4. Análise da evolução nos níveis de desenvolvimento municipal

Os níveis de desenvolvimento do município foram mensurados a partir do Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM).

"O IFDM é um indicador composto que aborda, com igual ponderação, três áreas consagradas do desenvolvimento humano: Emprego e Renda, Educação e Saúde. Assim, o IFDM de um município consolida em um único número o nível de desenvolvimento socioeconômico local,

através da média simples dos resultados obtidos em cada uma dessas três vertentes" (FIRJAN, 2019).

A metodologia deste índice considera o desempenho de três eixos principais, compostos por variáveis representativas de emprego e renda, educação e saúde, conforme pode ser observado no Quadro 1.

Quadro 1. Resumo dos Componentes do IFDM

Emprego e Renda	Educação	Saúde
<ul style="list-style-type: none"> • Geração de empregos formais • Taxa de formalização do mercado de trabalho • Geração de renda • Massa salarial real no mercado de trabalho formal • Índice de Gini de desigualdade de renda no trabalho formal 	<ul style="list-style-type: none"> • Atendimento à educação infantil • Abandono no ensino fundamental • Distorção idade-série no ensino fundamental • Docentes com ensino superior no ensino fundamental • Média de horas aula diárias no ensino fundamental • Resultado do IDEB no ensino fundamental 	<ul style="list-style-type: none"> • Proporção de atendimento adequado de pré-natal • Óbitos por causas mal definidas • Óbitos infantis por causas evitáveis • Internação sensível à atenção básica (ISAB)
Fonte: Ministério do Trabalho	Fonte: Ministério da Educação	Fonte: Ministério da Saúde

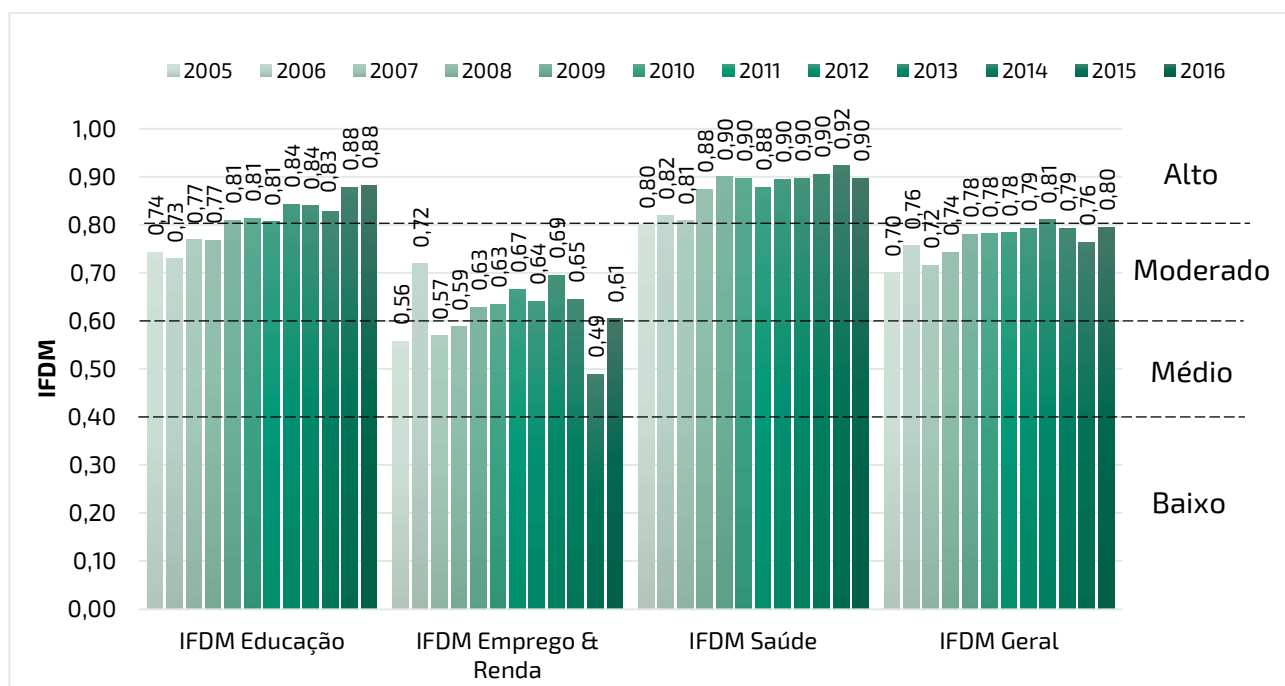
Fonte: Extraído de FIRJAN (2019).

Os estágios de desenvolvimento são atribuídos conforme o patamar alcançado no IFDM.

Neste sentido:

- Municípios com IFDM entre 0,0 e 0,4 são considerados com baixo estágio de desenvolvimento;
- Municípios com IFDM entre 0,4 e 0,6 apresentam desenvolvimento regular;
- Municípios com IFDM entre 0,6 e 0,8 apresentam desenvolvimento moderado
- Municípios com IFDM entre 0,8 e 1,0 apresentam alto estágio de desenvolvimento.

Neste sentido, de acordo com Figura 22, as áreas de saúde e de educação foram as que obtiveram os índices mais elevados no período de 2005 a 2016. Por outro lado, a área relativa o emprego e renda obteve o menor índice no período estudado, o que reflete as condições de dificuldades econômicas e, principalmente, o baixo nível de diversificação da economia local.

Figura 22. Índice Firjan de desenvolvimento municipal: 2005 – 2016

Fonte: FIRJAN (2019).

Observa-se que o município teve uma queda no emprego e renda de 2013 até 2015, retomando o crescimento de 2016. Em termos gerais, o desenvolvimento municipal é considerado moderado.

Por fim, em um contexto como o observado, em que o emprego é restrito e existem muitas áreas da socioeconomia que precisam crescer e se desenvolver, destaca-se a importância das ações de políticas públicas e privadas, ambas com foco em empreendedorismo, inovação e associativismo.

2.4. Meio ambiente e desenvolvimento

As condições ambientais estão entre as variáveis que geram impacto direto na qualidade de vida da população. Para analisar esta dimensão, observaram-se questões relacionadas ao urbano e rural.

Em relação ao meio ambiente urbano, destaca-se que Modelo possui “25,1% de domicílios com esgotamento sanitário adequado, 78,2% de domicílios urbanos em vias públicas com arborização e 28,5% de domicílios urbanos em vias públicas com urbanização adequada

(presença de bueiro, calçada, pavimentação e meio-fio). Quando comparado com os outros municípios do estado, fica na posição 240 de 295, 46 de 295 e 113 de 295, respectivamente. Já quando comparado a outras cidades do Brasil, sua posição é 3347 de 5570, 2543 de 5570 e 1304 de 5570, respectivamente" (IBGE, 2019).

Em relação ao ambiente rural, é possível observar que o município possui 9.271,70 mil hectares e a área declarada no Cadastro Ambiental Rural foi de 8.182,29 mil hectares. Destes, 8,96% foram declarados como Área de Proteção Permanente (APP), 13,69% como Reserva Legal e 66,15% como Área Consolidada, conforme é possível observar na Tabela 4.

Tabela 4. Perfil ambiental do Município: 2019

Elemento ambiental	Valor de Referência	%
Área total do município (ha):	9.271,70	
Número de imóveis rurais	732	
Área total dos imóveis rurais	8.182,29	88,25
Área média:	11,18	
Área mínima/máxima:	0,44 / 85,38	
APP	733,03	8,96
APP - Recomposição	18,59	0,23
Reserva Legal	1.119,98	13,69
Vegetação Nativa	1.107,84	13,54
Servidão Administrativa	91,73	1,12
Área Consolidada	5.412,36	66,15
Banhados	0,58	0,01
Número de Nascentes	71	0
Uso Restrito	3,42	0,04
Hidrografia	148,09	1,81
Topo de Morro	1	0,01
Áreas: Não Declarada - Outras	1.089,41	11,75

Fonte: CR Campeiro 7 (UFSM, 2019).

Conforme Tabela 5, os dados permitem observar que dos 732 imóveis rurais, 67% mantêm APP, 8% possuem olho d'água, 83% tem reserva legal e 59% contam com vegetação nativa.

Tabela 5. Perfil ambiental das propriedades rurais do Município: 2019

Elemento Ambiental (E.A):	Nº IR com EA¹	Área Declarada (ha)	Nº IR sem EA²	% IR com EA³	% IR sem EA⁴
APP	493	752	239	67	33
Área Consolidada	660	5.412	72	90	10
Banhado	1	1	731	0	100
Hidrografia	488	75	244	67	33
Nascente olho d'água	57	-	675	8	92
Reserva Legal	609	1.120	123	83	17
Servidão Administrativa	555	92	177	76	24
Uso Restrito	4	3	728	1	99
Vegetação Nativa	431	1.108	301	59	41
Área topo de morro	0	-			
Dados Gerais dos Imóveis Cadastrados no CAR – MODELO					
Número Total de I.R.:	732	8.182,29			
Área Total do Município:		9.271,70			
% Área declarada/Área Município:		88,25			

¹ Número de Imóveis Rurais com Elemento Ambiental;

² Número de Imóveis Rurais sem Elemento Ambiental;

³ Percentual de Imóveis Rurais com Elemento Ambiental;

⁴ Percentual de Imóveis Rurais sem Elemento Ambiental.

Fonte: CR Campeiro 7 (UFSM, 2019).

3. REFLEXÕES SOBRE O DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL

O presente estudo se constitui como subsídio para pensar em alternativas de desenvolvimento. Neste contexto, conhecer a realidade passa a ser importante para pensar em alternativas de desenvolvimento. Neste contexto deve-se destacar algumas lições deixadas por Barquero (2002):

1. **Não há desenvolvimento sem** formação de **excedentes**;
2. Pensar o **desenvolvimento implica** pensar a dinâmica de **produção e produtividade** na região;
3. O **perfil** e a estrutura do **sistema produtivo local** e sua **aderência** ao **mercado** regional, **nacional** e **global** são aspectos **importantes** para o desenvolvimento;
4. A **utilização** e **valorização** de **recursos locais** e a capacidade de controle do processo de acumulação são elementos importantes;
5. Os **atores locais podem liderar** o processo de **mudança estrutural**;
6. **Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação** são importantes, assim como a **cultura empreendedora**, as **instituições**, as **redes**, a **ação cooperada** e o **crédito**.

A atividade produtiva derivada de grandes investimentos é ótima e deve ser estimulada, mas como depende de agentes externos, nem sempre se consolida em pequenos municípios com economia de base primária. Em função disso, fortalecer as cadeias produtivas presentes e, em especial, as relações entre os produtores e os canais de comercialização podem ajudar para ampliar a base exportadora regional.

Ampliar a especialização produtiva de setores específicos, favorecer a inovação, ampliar a produtividade e a competitividade para alcançar mercados regionais, nacionais e internacionais deve ser o foco.

Neste processo, fazer o básico bem feito pode ser um grande avanço e isto significa: a) Capacitar as pessoas a fazer uma gestão mais profissionalizada de seus empreendimentos, seja no urbano ou no rural; b) Cooperar mais; c) Inovar mais; d)

Empreender mais; e) Sair da inércia, e f) Assumir que cada cidadão e cidadã tem o compromisso de deixar para seus filhos e netos um município melhor do que recebeu de seus pais e avós.

Por fim, destaca-se a importância do papel das instituições, políticas e estratégias de desenvolvimento, do capital social, do capital humano, das ações de inovação e difusão de conhecimento, da organização da produção e das condições de infraestrutura no processo de mudança e aperfeiçoamento exigido no atual cenário econômico estadual, brasileiro e internacional.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Todos os municípios apresentam potencial para o desenvolvimento, para tanto, necessitam de ações de organização social e empreendedorismo, com programas de qualificação voltados para as ações de prospecção de negócios e para os movimentos sociais que venham a ser deflagrados e para a preparação das gerações futuras.

Existe uma força social que deve ser estimulada e, neste processo, sempre que as entidades sociais se unem para identificar alternativas e planejar o desenvolvimento, novas oportunidades podem ser encontradas.

Dentre as estratégias de superação, as forças sociais, devem ter como norte, a busca constante de parcerias, seja no mundo empresarial, político e educacional, promovendo uma sinergia tal que conduza o município para apenas um rumo, o do desenvolvimento.

Neste contexto, passamos a elencar algumas ações que podem ser objeto de análise por parte das organizações públicas e privadas:

Ações amplas e de caráter estratégico: METANÍVEL

- a. Definir estratégias claras. Quais são os objetivos de longo prazo para a região? Esta questão deve ser discutida, sobretudo para nortear prioridades de investimentos e ações de políticas públicas e privadas em curto, médio e longo prazos;
- b. Dialogar com os gestores públicos. Como a parceria entre o público e o privado pode melhorar o ambiente de negócios e estimular novos investimentos?
- c. Fomentar a cultura da reflexão. Promover a democratização dos diversos conselhos municipais, audiências públicas e espaços de discussão para torná-los verdadeiramente em ambientes aptos a discutir estratégias de desenvolvimento.
- d. Priorizar o empreendedorismo e a inovação. Estruturar um ecossistema caracterizado pela inovação e pelo empreendedorismo, juntamente com instituições capazes de contribuir efetivamente com este processo.

Políticas que podem ajudar as empresas a se tornarem competitivas, no médio e longo prazo: MESONÍVEL

- a. Incluir no ensino das séries iniciais e nos demais, princípios de gestão, empreendedorismo, criatividade, inovação e cooperativismo;
- b. Promover ações (palestras, cursos, atividades culturais e outros) que chamem a atenção para a necessidade das mudanças de comportamentos, em relação ao empreendedorismo e inovação;
- c. Sensibilizar as pessoas sobre a importância da eficiência, eficácia e efetividade nos processos de gestão de negócios e ofertar capacitações na área;
- d. Capital social: promover ações capazes de amenizar comportamentos individualistas. Ações relacionadas a cultura tendem a ajudar neste contexto;
- e. Organizar pequenos empreendimentos na forma de associações, para constituir escala a alcançar mercados maiores;
- f. Estruturar cadeias produtivas a partir de agroindústrias de processamento já existentes.

Ações específicas de Administrações Públicas: MACRONÍVEL

- a. As políticas públicas precisam ter continuidade, resistir às alternâncias de membros do executivo, agir de forma integrada para ajudar a região aumentar o seu grau de atratividade de negócios;
- b. Criar programas de incentivos fiscais com o objetivo de promover melhorias na imagem das cidades. Incentivos fiscais para quebrar a inércia, principalmente com o objetivo de estimular pinturas e reformas em áreas comerciais;
- c. Incentivar o empresário do município também. Em alguns casos, são ofertadas grandes montas apenas para empresas entrantes.
- d. Garantir a qualidade das estradas vicinais, principalmente utilizadas nas rotas de leite e produção de proteína animal;
- e. Desburocratizar e excluir normas excessivas que dificultam a formalização de novos empreendimentos;
- f. Viabilizar políticas claras de promoção comercial de produtos da região;

- g. Nos casos onde não existe, implementar o Serviço de Inspeção Municipal (SIM) e, quando necessário, o Sistema Unificado Estadual de Sanidade Agroindustrial Familiar, Artesanal e de Pequeno Porte (SUSAF).

Ações específicas para a Gestão Empresarial: MICRONÍVEL

- a. Implementar programas de qualidade e produtividade;
- b. Gerir os negócios de forma profissional;
- c. Qualificar recursos humanos, em nível estratégico, tático e operacional;

Ações positivas que já estão em curso, sejam por instituições do Sistema S ou por universidades, institutos federais e escolas merecem ser fortalecidas e apoiadas, pois desenvolvimento não se constitui enquanto produto, mas sim como um processo de transformação socioeconômica.

Por fim, destaca-se a importância de reconhecer que o desenvolvimento também passa pela qualificação da geração atual, assim como das futuras gerações, através de programas como o Líder Jovem, entre outros, que tem o propósito de formar cidadãos e cidadãs comprometidas em deixar para seus filhos e netos um município e região melhor do que recebeu de seus pais e avós.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARQUERO, Antonio Vázquez. **Desenvolvimento endógeno em tempos de globalização**. Fundação de Economia e Estatística, 2002.

FIRJAN, Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro. **Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal (IFDM)**. 2019. Disponível em <https://www.firjan.com.br/ifdm/>. Acesso em nov/2019.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Sistema IBGE de Recuperação Automática – SIDRA. 2019. Acesso em out/2019.

MANKIWI, N. Gregory. **Macroeconomia**. Tradução Ana Beatriz Rodrigues. – 8. ed. – Rio de Janeiro: LTC, 2015.

MINISTÉRIO DO TRABALHO. PDET Programa de Disseminação das Estatísticas do Trabalho

PESSOA, M. L. (Org.). **PIB e VAB do RS**. In: _____. Atlas FEE. Porto Alegre: FEE, 2017. Disponível em: < <http://atlas.fee.tche.br/rio-grande-do-sul/economia/pib-vab-do-rs/> >. Acesso em: nov/2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MODELO (SC). Prefeitura. **Dados Geográfico, SC**. 2019. Disponível em: <https://www.modelo.sc.gov.br/cms/pagina/ver/codMapaltem/10381> Acesso em: nov/2019.

UFSM, UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA. **Projeto de Desenvolvimento de Inovações Tecnológicas em Sistemas de Informações e Ações Articuladas de Difusão do Sistema CR Campeiro nas Áreas de Gestão Municipal e Rural**. 2019.